

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1363423 - DF (2013/0011973-5)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**EMBARGANTE : DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADOR : MARLON TOMAZETTE E OUTRO(S) - DF014006**  
**EMBARGADO : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA**  
**ADVOGADOS : MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS E**  
**OUTRO(S) - DF009466**  
**VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA - DF026717**  
**BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU - DF043143**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. DECRETO 20.910/1932. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL REJEITADOS.

1. O art. 1.022 do Código Fux é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, o que não se constata no caso em apreço.

2. Impõe-se a rejeição dos Embargos de Declaração quando inexistente omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

3. Embargos de Declaração do DISTRITO FEDERAL rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

